

A GRÉCIA ANTIGA EM REVISTA

MARTIN, R. T. *Breve História da Grécia Clássica: da Pré-História à Época Helenística*. Tradução de Maria José Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1998, 382p. Il. e mapa.

Vagner Carvalho Porto*

O título original *Ancient Greece: From Prehistoric to Hellenistic Times*, pode nos dizer melhor qual a dimensão proposta pelo autor ao realizar este trabalho. Dividido em dez capítulos, o livro de T. Martin procura entrelaçar com sutileza todos os períodos históricos da Grécia, de modo que os fatos descritos para cada um destes períodos venha a explicitar os elementos contidos no período posterior, e desta maneira criar um corpo coeso do que foi a história da Grécia, desde suas origens até o início do período helenístico. Na verdade, este livro faz parte de um trabalho anterior “Visão Histórica Geral” incluído nas bases de dados eletrônicas publicadas em *Perseus: Interactive Sources and Studies on Ancient Greece*, Gregory Cane, organizador principal, versões 1.0 e 2.0 (Yale University Press, 1992 e 1996, respectivamente). Percebemos então que, neste sentido abrangente, a obra de T. Martin é um guia tradicional que propõe descrever de maneira sucinta todo o transcorrer da história da Grécia Antiga, dando destaque para discussões importantes como: continuidade cultural e étnica entre a pré-história e a Grécia histórica; a participação da mulher na sociedade grega; a questão da nomenclatura utilizada; a formação da *pólis*; a constituição da democracia; as guerras que emolduraram a história de Atenas; a presença da Filosofia; os desenvolvimentos religiosos e culturais. Sobre vários assuntos e, na medida em que a proposta de manual permite, são introduzidos debates que ainda hoje ocorrem e são destacadas as posições divergentes a respeito de cada ponto.

Ainda que este não seja um texto fundamentado nas informações arqueológicas exclusivamente, o autor vale-se da Arqueologia, não apenas para ilustrar os pontos que discute, como também para propor novas temáticas e abordagens. Logo de início, o autor destaca as características físicas do território grego, planícies e vales separados por montanhas escarpadas e um litoral amplamente recortado, abordando as implicações destas características para a fragmentação política na Grécia. Ainda que o autor procure destacar ser impossível identificar os povos que habitaram a Grécia em época pré-histórica como “gregos”, salienta elementos que apontam para uma continuidade entre a cultura paleolítica e a grega propriamente dita. Assim, faz questão de lembrar que muitos elementos que mais tarde tornar-se-ão características tipicamente gregas já estavam presentes anteriormente: 1º reconheciam a propriedade privada da terra; 2º interesses pelo comércio e contato com outros povos prefiguravam modelos subsequentes de trocas; 3º a exemplo dos paleolíticos, a religião grega tardia fazia dos sacrifícios de animais de grande porte seu mais importante ritual público; 4º ao contrário de outras tribos europeias que possuíam princípios igualitários, os povos que habitavam a Grécia destacavam-se por criar relações hierárquicas. Para mostrar que essa hierarquia já se observava nos primeiros habitantes da Grécia, T. Martin ilustra com o exemplo de Lefkandi, na ilha de Eubéia, século X a.C., onde foram encontrados alguns túmulos ricamente guarnecidos com produtos de luxo. Esses achados arqueológicos nos atestam que seu povo possuía comprovada diferenciação social, ou seja, possuíam relações hierárquicas, pois, os ricos túmulos pertenciam à elite local e os túmulos mais simples aos demais habitantes.

O autor insere no livro a discussão sobre as formas de contato de gregos com o Próximo Oriente. É exposta a teoria da difusão cultural a partir do Oriente, na qual o autor nos mostra como a influência do

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia. Pós-Graduação em Arqueologia, Mestrado.

Oriente Próximo sobre os gregos no período Arcaico acaba por ser refletida nas pinturas cerâmicas, nas construções de grandes templos e na utilização do alfabeto. Contudo, esta teoria é contraposta pela teoria que preconiza que as produções megalíticas e a metalurgia tiveram independência na Europa. Para demonstrar esta autonomia, o autor utiliza-se de exemplos vindos da Arqueologia como as cabeças de machados de cobre fundidas por ferreiros dos Balcãs por volta do IV milênio. Ao final da discussão, o autor procura respeitar as evidências dos vestígios materiais, sem descartar também a influência da difusão cultural.

Segundo Martin, outra influência oriental – a dos indo-europeus – provocará a substituição dos valores matriarcais dos nativos por valores patriarcais. O ponto de vista dos opositores desta idéia, que afirmam não haver provas de perda dos valores sociais e religiosos dos nativos, também é muito discutido. Quanto à opinião do autor, percebe-se que a relação entre gregos e Oriente Próximo pode ser considerada como uma espécie de “antropofagia cultural” ou seja, os gregos recebiam traços do Oriente Próximo e transportavam-nos para a sua realidade, modificando-os.

Este trecho demonstra duas coisas que são evidentes em todo o livro: a preocupação do autor em ser aberto a todas as possibilidades interpretativas (como deve ser em se tratando de ciência), e a abrangência do máximo de temas possíveis dentro do contexto analisado.

Bastante marcante nesta obra é a preocupação do autor em destacar a participação da mulher na vida da Grécia Antiga. Sua presença é relatada a começar pelos valores matriarcais presentes nas tribos nativas habitantes da Grécia, até sua participação na política das cidades helenísticas. No período Clássico, por exemplo, a mulher tinha uma participação muito bem definida na sociedade, com obrigações na vida religiosa e cotidiana, mas também com direitos muito bem definidos, como era o caso das festas em honra a Deméter, as tesmofórias, cuja participação se restringia apenas às mulheres (Aristófanês). T. Martin também apresenta, ao discorrer sobre a filosofia de Platão, como na cidade utópica do filósofo, a mulher possuía plenos direitos governamentais. O autor aponta que esta característica de Platão teria sido provavelmente uma influência da filosofia de Sócrates.

Outro tema tratado por Thomas Martin é o período minóico e micênico, também profundamente

abordado pela obra de Walter Burkert (1993), principalmente no que concerne aos aspectos religiosos. Martin discorre sobre como eram os palácios minóicos e micênicos e, sobre sua arte metalúrgica, atestada especialmente por suas espadas de bronze. Há um debate na obra a respeito das possíveis influências minóicas sobre Micenas. T. Martin procura mostrar alguns exemplos que evidenciam certas disparidades: falavam línguas diferentes; os micênicos queimavam oferendas aos deuses, os minóicos não; os minóicos construíam santuários em grutas, topos de montanhas ou no campo, já os micênicos não construíam fora de seus centros habitacionais; por fim, mostra os micênicos como um povo guerreiro, belicismo este atestado pelos achados de uma armadura completa de bronze micênico descoberta num túmulo do século XIV a.C. em Dendra, cidade que ficava a nordeste do Peloponeso.

Ao tratar do comércio e das relações de troca que se originam em período pré-histórico, e que se estendem para os minóicos e micênicos, o autor faz uma longa discussão sobre a questão da reciprocidade. Tema atual e candente nas discussões das trocas no mundo grego, a reciprocidade é largamente abordada por autores como M. Mauss (1924) e K. Polanyi (1968). Apesar de não fazer citação a esses autores em suas referências bibliográficas, podemos captar na obra de T. Martin toda influência dos estudiosos que tratam deste tema.

Exemplo desta influência, é o tratamento dado ao famoso episódio da *Ilíada* (6.226-229) em que Diomedes e Glauco, antes de se confrontarem, descobrem que suas famílias estavam ligadas tradicionalmente por laços de amizade e hospitalidade. Estes laços os impedem de lutar entre si, pois a *aretê* (excelência) presente em um cidadão os faz cumprir o código de comportamento estabelecido. Este episódio nos demonstra que a questão da reciprocidade envolve muitos elementos, e que entre eles estão os laços de amizade e hospitalidade. Podemos perceber que não prevalece na troca o valor abstrato contido no material, pois Glauco trocou suas armas de ouro no valor de cem bois, contra as armas de bronze no valor de nove bois de Diomedes. Isso mostra que neste período anterior à formação da *pólis*, as coisas possuíam um valor concreto, determinado pela obrigação de dar e retribuir um presente dado. Questão muito tratada mais recentemente por N. Parise (1969).

Também é digna de menção a questão da nomenclatura utilizada pelo autor. Martin utiliza em sua

obra termos como Idade do Bronze, Idade das Trevas, Idade do Ouro, para retratar períodos históricos bem definidos. O emprego de determinadas terminologias, como é o caso da Idade das Trevas ou Idade do Ouro, é passível de discussão uma vez que esses termos se caracterizam por sua unilateralidade de análise do momento histórico abordado, e também porque junto a isso revela uma estrutura tradicional à qual já nos referimos. Entretanto, a Arqueologia tem cuidado muito deste período e muito tem se descoberto nos últimos anos a respeito do funcionamento da sociedade grega nos séculos X – VIII a.C. Consciente deste problema, T. Martin justifica a manutenção da terminologia tradicional para que a ordem cronológica dos fatos possa fazer sentido dentro da estrutura que foi adotada. Assim, ao tratar do período intitulado Idade das Trevas, por exemplo, o autor faz uma séria explanação sobre como viveu o povo grego desde o final do período micênico até o início da Idade Arcaica, e mais importante: mesmo dentro desta abordagem tradicional oferece condições para refletirmos e discutirmos como teria se extinguido o mundo micênico, apresentando possíveis heranças aos posteriores gregos dos períodos arcaico e clássico.

Outro tema importante neste livro é a constituição da *pólis*. Vários são os elementos que surgiram no período Arcaico e que estabeleceram condições para as novas formas políticas que estavam por vir. Em primeiro lugar, o autor mostra que o repovoamento da Grécia depois de 900 a.C. aconteceu graças à produção de cereais, ou vice-versa, ou os dois concomitantemente. Em segundo lugar, o autor apresenta os elementos que compunham a elite: nascimento, riqueza, e um código de comportamento estabelecido pela excelência do indivíduo. Terceiro, o autor nos sugere que a ausência de estados imperiais na Idade das Trevas, assim como as dificuldades físicas da Grécia contribuíram para a formação da cidade-estado grega.

Dentro do contexto da formação da *pólis*, Thomas Martin procura mostrar de que maneira os cidadãos gregos foram adquirindo, a partir do século VII a.C., apesar de suas diferenças econômicas, o direito à participação política, mesmo que a direção da vida pública coubesse à elite. Apresenta a idéia, sugerida por alguns autores, de que foram os hoplitas (soldados) que iniciaram a luta pela extensão dos direitos civis a todos os gregos. Contudo, o autor defende que, primeiro, os chefes precisavam de milícias formadas por pobres, daí estender a eles os direitos à cidadania, e em segundo lugar, os tira-

nos eram “populistas”. ou seja, em troca de apoio era dado aos mais pobres o direito à participação na vida civil da cidade-estado.

Thomas Martin nos remete a uma discussão importante dentro do contexto da constituição da *pólis*: a autocracia grega gerida pela auto-suficiência da *pólis* versus as necessidades de produtos estrangeiros que acabavam por circular pela *ágora* e que demonstravam uma certa fragilidade do sistema político grego que se formava. Ora, se havia uma necessidade em adquirir certos produtos vindos de fora da Grécia, como entender a *pólis* como sistema autônomo? O autor, habilmente incita o leitor ao questionamento e à reflexão; nos apresenta os diversos pontos de vista que discutem esta questão deixando evidente a sua preocupação com a coerência e a veracidade dos fatos.

Um outro grande ponto também levantado por T. Martin dentro da constituição da *pólis* é a discussão de que a maioria das informações que temos atualmente sobre a constituição das cidades-estados dizem respeito a Atenas. O autor nos desperta para o fato de que é tentador ter em Atenas um modelo pré-determinado de *pólis* para estudarmos as demais cidades-estado, por dois motivos básicos: primeiro, porque a história tradicional fez questão de enfatizar a grande Atenas clássica e sua Idade do Ouro; e, em segundo lugar, porque as informações arqueológicas a respeito das demais *pólis* são insuficientes para um estudo mais elaborado. Atenas não deve ser vista como um modelo de formação social. As informações que possuímos sobre Atenas não devem ser generalizadas para toda a Grécia e, na medida em que as fontes permitem, devemos respeitar as diferenças das *pólis* gregas, pois que cada cidade-estado possuía características próprias, determinadas por suas condições geográficas, políticas, sociais e econômicas.

O autor reserva uma parte importante de sua obra para a questão da colonização grega. Os gregos se fixaram ao longo do mar Egeu, no norte da África, Itália, Sicília, e na costa do mar Negro. Que motivos levaram os gregos a deixar o continente e partir para a colonização de outras terras? Os interesses podiam ser os mais vastos: a procura de outras terras aráveis, o comércio, ou mesmo a explosão demográfica. Outra razão, mencionada pelo autor, é o caso dos filhos da elite que não tinham a sorte de nascerem primogênitos, o que lhes tirava o direito sobre a herança. A melhor solução para estes gregos era partir para começar uma nova vida em

outros locais, lembrando que eram os oráculos que aconselhavam estes homens a buscar os melhores caminhos, os melhores lugares. E isso evidencia todo o caráter religioso que permeava a vida dos gregos como bem nos ensina Vernant (1990).

Dentro do esquema tradicionalmente estabelecido pela historiografia, o autor contrapõe Atenas e Esparta. Faz uma bem caracterizada exposição do cotidiano do povo espartano, evidenciando seu caráter militar. Expõe as principais características dos tiranos que governaram estas cidades: primeiro, apesar de usurparem o poder pela força pondo fim às dinastias, estabeleceram dinastias; em segundo lugar, os tiranos eram anteriormente membros da elite social; e em terceiro lugar, precisavam do apoio das massas o que fazia dos tiranos figuras populistas. Continuando esta contraposição entre Atenas e Esparta, o autor contextualiza a evolução das leis: são muito bem redigidas as linhas que tratam das participações de Drácon e Sólon. Também são apresentadas as tiranias de Psístrato, e as reformas democráticas de Clístenes. É marcante na obra a preocupação em explicar a origem da democracia para os gregos, e para isso o autor nos dá o exemplo da vida democrática contida nos *demoi* compostos por aldeias distribuídas pelos campos. Procura, com isso, evidenciar a evolução do sistema judiciário na Grécia, e a busca dos atenienses pela mais perfeita forma democrática.

A obra de Thomas Martin nos apresenta ainda as muitas guerras que emolduraram a história da Grécia Antiga. É dada ênfase inicialmente às guerras médicas passando depois pela abordagem dos acontecimentos que induziram às guerras entre atenienses e espartanos. O autor faz ainda uma reflexão sobre a formação do império ateniense, e termina por destacar as conquistas de Alexandre da Macedônia.

Apoiado principalmente pelos relatos de Heródoto, T. Martin realiza um bem detalhado andamento dos fatos que geraram a guerra entre gregos e persas. Para o autor, a coragem dos gregos em enfrentar a poderosa força militar persa estava diretamente relacionada com o ideal de liberdade política iniciado no período arcaico, ideal esse que se estendeu por todo o continente, e que atingirá seu ápice no século V a. C..

Dentro do contexto das guerras médicas, o autor procura demonstrar como foi possível a Atenas atingir um grau de prosperidade ímpar, se comparado com as demais pólis gregas. Primeiro, porque foram des-

cobertas em Atenas grandes minas de prata que puderam financiar as construções dos navios e pagar os soldados; em segundo lugar, porque ao liderar a Liga de Delos Atenas tinha controle dos tributos das cidades-estado menores; e em terceiro lugar, porque recebia contribuições dos ricos habitantes, além dos fundos que se depositavam nos santuários.

São profundas também as marcas da guerra do Peloponeso para Atenas. Seguindo de perto os relatos do historiador Tucídides, Thomas Martin expõe os motivos do início da guerra, mostrando que os primeiros conflitos entre *pólis* menores como Mégara, Potidéia e Córira, acabaram por envolver as grandes potências militares como Atenas e Esparta, por uma questão de hegemonia e poder. O autor faz uma descrição da peste que assolou a cidade de Atenas por causa das condições insalubres registradas em Atenas depois que as populações do campo ultrapassaram os limites dos muros da cidade. Esses habitantes foram colocados para dentro dos muros por conta de uma estratégia militar que visava esgotar as forças espartanas expostas ao desgaste e a fome.

A guerra aguçou os conflitos entre os dois grupos de maior expressão política em Atenas: a facção democrata e os oligarcas. Essas querelas foram aguçadas devido às divergências quanto às estratégias a serem adotadas diante do inimigo, e quanto à continuidade da permanência de Atenas na guerra, já que alguns membros da oligarquia tentavam minar a força política dos democratas, pedindo inclusive o apoio popular para reverter o comando político de Atenas.

Thomas Martin não é apenas descritivo no que concerne às guerras, a presença dos tragediógrafos e suas peças de teatro, representam toda uma discussão sobre como a sociedade ateniense estava vivendo e aceitando aquele momento conflituoso de sua história. Durante os anos que se seguiram à guerra do Peloponeso, a organização dos festivais de teatro tiveram muitos percalços, pois os investimentos militares desviavam os recursos destinados às outras atividades da *pólis*. Contudo, alguns deles foram realizados, destacando-se as comédias de Aristófanes que tinham como uma de suas principais inspirações justamente a crítica à guerra. Aristófanes utilizava-se da sátira para apontar as conseqüências da guerra do Peloponeso, os principais traços abordados em suas peças eram: a redução da população, a devastação provocada pela epidemia e constrangimentos financeiros.

Começaram a partir do período arcaico a surgir nas cidades gregas os filósofos, e o conflito entre o

racionalismo e a religiosidade entre os gregos tornou-se uma constante. Esses conflitos envolvendo razão e religião serão bastante acentuados nos séculos seguintes. O autor também nos lembra que os filósofos influenciavam sobremaneira nas questões políticas e sociais das *pólis* gregas. Na Grécia clássica, por exemplo, as pessoas influentes temiam que as idéias do sofista Protágoras pudessem vir a quebrar a estrutura da *pólis*. Protágoras partia da idéia de que as instituições e os valores humanos eram apenas uma questão de convenção, o que implicava que as instituições humanas tradicionais eram arbitrárias e não fundamentadas na natureza imutável; e a idéia de que, sendo a verdade uma coisa relativa, os oradores deviam ser capazes de defender os dois lados de uma questão de forma igualmente persuasiva. Em outras palavras, os oradores, que eram justamente membros da elite, faziam da retórica uma habilidade amoral. A combinação destas duas idéias parecia ser excepcionalmente perigosa para uma sociedade tão dedicada à palavra falada, porque ameaçava com mudanças imprevisíveis os valores públicos partilhados pela *pólis*.

A partir da exposição de detalhes que conhecemos hoje sobre a vida de Sócrates, o autor apresenta de forma bastante acessível, o método socrático, pedra fundamental na construção da filosofia ocidental. Thomas Martin procura mostrar as inovações difundidas pelo desenvolvimento da Filosofia, discorre sobre a filosofia de Platão e sua cidade utópica. Procura mostrar também a importância que Platão via no aprendizado da Filosofia, Matemática e Astronomia para se ter um bom desenvolvimento na sociedade. T. Martin nos apresenta a idéia de que Platão acreditava na existência de uma alma humana e na existência de um deus Demiurgo (“artesão”) que teria gerado o mundo. Com relação a Aristóteles, a obra de Thomas Martin apresenta as diversas habilidades científicas do filósofo. O autor também discute a posição

de Aristóteles do ponto de vista político: assemelhava-se à de Platão ao criticar as democracias, porque considerava que elas eram o domínio da maioria, e não das pessoas educadas e da elite. Também nos é apresentada a postura de Isócrates e o desenvolvimento da retórica voltado para a política. Com relação ao período helenístico, a Filosofia adquire uma divisão em três frentes principais: a Lógica, o processo da descoberta da verdade; a Física, a verdade fundamental acerca da natureza da existência; e a Ética, o modo como os seres humanos devem adquirir a felicidade e o bem-estar, como consequência da Lógica e da Física.

Martin termina sua obra apresentando em linhas gerais o significado e as inovações do período helenístico. Do ponto de vista político, a instauração das monarquias impunha a discussão fundamental sobre a legitimidade do poder pelos generais herdeiros de Alexandre, e a inauguração de dinastias reais. Do ponto de vista cultural, a arte deixava gradualmente de ser pública, como ocorria no período clássico, e passava a ser cada vez mais individualizada. E do ponto de vista religioso, os cultos locais como os de Asclépio e de Ísis ganharam bastante relevo.

A obra de Thomas Martin apresenta ainda mapas, quadros cronológicos, planos e fotografias, recursos simples, é verdade, mas que auxiliam, e muito, o leitor, seja ele estudante ou pesquisador. Destaca-se, também, uma lista de leituras selecionadas por capítulos, mais um aspecto comprovador de sua preocupação científica. *Breve História da Grécia Clássica* pode não ser na verdade um ensaio especificamente arqueológico, mas trata-se de um rico compêndio, que levanta questões muito pertinentes para a Arqueologia, induzindo-nos a reflexões oportunas acerca da história do mundo grego antigo. Ao concluir esta resenha, posso afirmar que a obra de Thomas R. Martin consegue realizar aquilo a que se propõe, ser um guia atualizado para o estudo da história da Grécia.

Referências bibliográficas

BURKERT, W.

- 1993 *Religião Grega na Época Arcaica e Clássica*. Lisboa, Gulbenkian.

MAUSS, M.

- 1968 Essai sur le don, forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques (1923-24). Rep. em *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF.

PARISE, N.

- 1994 *Nascita della Moneta e Forme Archaiche dello Scambio*. Roma, Guidotti.

POLANYI, K.

- 1968 *Primitive, Archaic and Modern Economies. Essays*. G. Dalton (Org.). Boston, Beacon Press.

VERNANT, J.P.

- 1979 *Mito e Pensamento entre os Gregos*. São Paulo, Difel.

Recebido para publicação em 11 de outubro de 1999.